

A geração modernista de 1870 na América Latina e no Brasil: disputas intelectuais e políticas pela definição de um projeto de modernidade

Processo de produção de conhecimento: Investigação finalizada e Debate em teoria social

GT: Pensamento latino-americano (GT17)

Bruno Gontyjo do Couto

Resumo: Ao longo da década de 1870, um número significativo de países latino-americanos sofreu um forte impacto com a chegada de novos fluxos de modernização advindos da Europa por conta da II Revolução Industrial. A complexificação das dinâmicas comerciais, políticas e culturais entre os dois continentes acaba desdobrando-se na formação de agendas políticas locais voltadas para a modernização das estruturas sociais nacionais com o intuito de melhor adaptar essas estruturas aos novos fluxos, bem como de aumentar sua capacidade de atraí-los. A formação dessas agendas envolveu uma série de disputas políticas e intelectuais entre diversos grupos locais, tendo em vista que os interesses, motivações e prerrogativas de cada um desses grupos voltava-se para um respectivo projeto de sociedade nacional e de civilização e modernidade local.

Palavras-chave: Modernidade latino-americana; Geração de 1870; pensamento social.

A partir de meados do século XIX, a “II Revolução Industrial” instaura uma dinâmica de crescimento sem precedentes da economia capitalista, criando uma forte demanda por matérias-primas e uma enorme pressão para ampliação do mercado consumidor dos produtos industrializados. O impacto sobre a América Latina foi imediato.

Com auxílio do capital europeu, montou-se toda estrutura necessária para o desenvolvimento do capitalismo “agrário” nesses países, o que culminou num processo de complexificação social, com urbanização concentrada, formação de uma rede de bens e serviços nas capitais, e surgimento de novos grupos sociais (burguesia agrária, classes urbanas).

Esse contexto de integração também ampliou o intercâmbio cultural entre Europa e América Latina, de modo que os padrões de conduta e pensamento do “Ocidente civilizado” foram assimilados de modos variados pelas elites locais.

Politicamente, esses países viviam um contexto de pós-independência conturbado, onde as tentativas de construção dos Estados-nacionais eram marcadas por rebeliões e guerras civis, normalmente engendradas a partir de disputas entre facções das elites oligárquicas.

Foi justamente sob os desafios e perspectivas desse cenário global e local que as chamadas “gerações modernistas” de 1870 surgiram em vários países da América Latina. Animados pela visão científica da ordem social de Comte (muitas vezes combinada ao liberalismo de Stuart Mill e ao evolucionismo de Spencer), esses intelectuais estavam preocupados com os problemas de unificação política, com a construção do Estado-nacional em bases modernas e com a superação das heranças arcaicas do período colonial. Também estavam interessados no avanço da implantação de uma estrutura socioeconômica moderna. Sentiam-se vislumbrados com o futuro brilhante apontado pelo desenvolvimento econômico e científico europeu e com a promessa do triunfo da civilização e da modernidade. Mas também estavam atormentados pelas evidências de atraso cultural, político e econômico de seus países quando comparados com aquelas potências imperialistas.

No Brasil, os positivistas que animaram as escolas superiores no Rio de Janeiro (Benjamin Constant), São Paulo (Alberto Sales) e Recife (Tobias Barreto). No Chile, as atuações decisivas de Jose

Victorino Lastarria, bem como de Valentín Letelier. No México, o médico Gabino e, mais tarde, Justo Sierra e a inteligentzia do regime de Porfirio Diaz.

A perspectiva desses intelectuais procurou inserir os países latino-americanos numa história evolucionária, lendo o momento conturbado desses países como uma crise de transição na direção da civilização moderna e que deveria ser regrada por uma política científica guiada por uma vanguarda ilustrada. Através dos recursos teóricos das teorias de Comte, Spencer e Mill (quando não Darwin e mesmo as teorias racialistas), procuravam entender a singularidade histórica de seus países e os entraves que os mantinham em situação de atrasado.

Tendo em vista a força de seu pensamento e o significado histórico das gerações modernistas de 1870, o presente trabalho pretende traçar, inicialmente, um quadro geral do pensamento científico-positivista na América Latina levando em conta o contexto econômico, político e cultural desses países. Minha hipótese é que esses movimentos contribuíram decisivamente na formação de projetos nacionais de modernidade.

Num momento posterior, pretendemos analisar, com mais profundidade e cuidado, essa questão a partir do ponto de vista brasileiro, analisando a atuação dos intelectuais modernistas durante o Segundo Reinado que, através da agitação das Faculdades de Direito e Escola Militar, pregando a atuação política e a instauração de uma ordem social inspiradas na ciência positivista, forjaram as bases do pensamento político e social que orientou as elites políticas e intelectuais nas décadas subseqüentes na formatação de um projeto de modernidade para o Brasil.

* * *

Durante muito tempo vigorou a imagem difundida pelos próprios críticos literários de que os países latino-americanos seriam um entreposto dos produtos culturais provindos do exterior, constituindo-se como um espaço de importação e imitação das ideias estrangeiras (ORTIZ, 2006, p. 27).

Renato Ortiz defende a ideia de que a importação das teorias europeias envolvia uma escolha orientada a partir das necessidades internas desses países: tratava-se de um processo de “sincretismo científico”, onde as teorias estrangeiras eram escolhidas, ordenadas e recortadas de acordo com um “sistema-partida”, a problemática nacional (ORTIZ, 2006, p. 30). Acreditamos que a análise dos movimentos modernistas de 1870, principalmente do ponto de vista da sua dimensão intelectual, deve ser um pouco mais ponderada.

Ao lermos os textos dos intelectuais que protagonizaram esses movimentos, fica evidente o fato de que eles não eram meros imitadores, pois realizavam recortes e rearranjos teóricos inusitados e originais de acordo com suas preocupações políticas e nacionais, travando, inclusive, intenso diálogo com a tradição e o pensamento local. Entretanto, resumir esse processo como uma “escolha” político-intelectual¹ motivada pela realidade interna desses países é, a nosso ver, simplificar o problema. Afinal, a relação com o repertório político-científico europeu sempre foi mais ou menos condicionada pela imposição estrutural de um espaço de possíveis (no caso, possibilidades teóricas) que não tem nada de aleatório. A presença intensa de referências ao pensamento português, francês e inglês é bem sugestiva nesse sentido.

O argumento de Sevcenko é forte, mas inspira uma reflexão crucial sobre esse processo:

¹ Como uma simples escolha individual, na qual o ator elege recursos teóricos e retóricos mais adequados aos seus interesses políticos e intelectuais.

“Vemos, portanto, que esse desdobramento a nível mundial da cultura europeia forçava no sentido de uma europeização das consciências e gozava da vantagem de ser o único padrão de pensamento compatível com a nova ordem econômica unificada, fornecendo, pois, o subsídio para as iniciativas de modernização das sociedades tradicionais. O caso brasileiro é típico” (SEVCENKO, 1999, p. 82).

O argumento, apesar de soar radical, permite fazer uma importante consideração. O ciclo mundial de integração que se iniciou nas décadas de 1860 e 1870 não se deu apenas no âmbito econômico, como fluxo de mercadorias e modelos de produção e negócio, como também não se deu apenas no âmbito político, por meio da influência direta do imperialismo ou indireta das relações diplomáticas. Esse ciclo também se deu no âmbito sociocultural, não como um simples contato, troca ou intercâmbio cultural entre os países, mas como um importante processo de disseminação de modelos de pensamento e sentimento e de padrões de conduta ocidentais-europeus.

“A partir da sociedade ocidental... padrões de conduta ocidentais ‘civilizados’ hoje estão se disseminando por vastas áreas fora do ocidente, seja através do assentamento de ocidentais ou através da assimilação pelos estratos mais altos de outras nações (...). Essa difusão dos mesmos padrões de conduta... seguiu-se à incorporação de outros territórios à rede de interdependências políticas e econômicas à esfera das lutas eliminatórias entre as nações do Ocidente (...). As formas ‘civilizadas’ de conduta disseminaram-se por essas outras áreas em razão e na medida que nelas, através de sua incorporação à rede cujo centro ainda é o Ocidente, a estrutura de suas sociedades e de relacionamentos humanos também está mudando” (ELIAS, 1993, p. 212).

Esses modelos e padrões socioculturais ocidentais-europeus foram assimilados e incorporados pelos grupos locais de modo mais ou menos inconsciente e com maior ou menor facilidade, fundindo-se com os padrões socioculturais da sociedade local com maior ou menor sucesso.

“... podemos notar... características de uma forma primitiva de ascensão, não ainda no grupo nativo como um todo, mas de alguns de seus membros. Eles absorvem o código dos grupos superiores e passam, assim, por um processo de assimilação. Seu controle de paixões, sua conduta, obedecem às regras dos grupos superiores. (...) Pessoas nessa situação tentam conciliar e fundir esse padrão com os hábitos e tradições de sua própria sociedade...” (ELIAS, 1993, p. 259).

Assim como os próprios intelectuais europeus, mas de uma perspectiva muito diferente (a partir de uma posição “dominada” e “defasada”), os intelectuais dos movimentos de 1870 assistiram, vivenciaram e, principalmente, incorporaram todo esse processo de integração econômica, política e sociocultural que se estendeu por todo o globo terrestre ao longo da segunda metade do século XIX. Como já foi dito, os movimentos de 1870 foram produtos históricos e vetores sociopolíticos desse processo na América Latina, enquanto seus intelectuais foram os mais consequentes porta-vozes, e mesmo profetas locais, do desenvolvimento incontornável desse processo mundial de integração modernizadora, cujo ritmo e intensidade ameaçava a própria sobrevivência de quem não o acompanhava.

Nesse sentido, não se trata apenas de imitar e importar ou escolher e sincretizar modelos de pensamento ou teorias, a própria experiência no mundo, a própria constituição cognitiva e afetiva desses atores era profundamente marcada por todo esse processo. Alguns viveram e estudaram na Europa e nos Estados Unidos, viram de perto o centro do processo e o novo mundo que ali surgia. Outros estudaram com professores que conheciam os ideais e teorias que de lá chegavam, quando não estavam no próprio parlamento presenciando a crise e os desafios que assolavam a agenda política do país.

Consequentemente, as suas tendências e “escolhas” político-intelectuais encontravam quase que “espontaneamente” os “mestres” ou “páreos” intelectuais europeus que escreveram sobre o mundo a partir de uma experiência equivalente, mas obviamente muito diferenciada.

Um encontro que se dava por meio de uma integração sociocultural que não tinha nada de “equilibrada” ou “justa”, além de ser defasada, de modo que tudo acontecia dentro de um escopo bem definido e não-aleatório de possibilidades fundamentado em imposições estruturais. Além disso, esse encontro ainda era influenciado por padrões de conduta europeus-ocidentais que já vinham se fundindo com as estruturas de personalidade locais.

Assim, acreditamos que qualquer análise dos movimentos de 1870 deve atentar para essa dinâmica complexa, centrada em um processo histórico de integração modernizadora que se constituía como experiência (formativa dos atores, forjando aspirações e dilemas individuais e coletivos) e como temática (objeto de análise, avaliação e preocupação), envolvendo um contexto que variava entre a imposição estrutural de um espaço de possíveis, a influência de princípios de preferência já mais ou menos fundidos aos padrões europeus, e a escolha por relações de afinidade.

As doutrinas europeias que aqui chegavam, portavam teorias da história e filosofias sociais e políticas que possibilitavam, por conta das relações estruturais objetivas e subjetivas de que falávamos, a compreensão do quadro de transformação socioeconômica e política vivida pelos países latino-americanos, além de oferecerem uma possibilidade de intervenção e mesmo predição.

Os intelectuais latino-americanos formaram-se em meio a esse quadro, experienciavam na vida política, intelectual, pública ou privada, de modo individual ou coletivo, um período de mudanças e crises que, como eles percebiam muito bem, estava conectado à nova realidade que despontava nos dois lados do atlântico norte. Uma realidade tida como civilizada e evoluída e que agora batia à porta do país. As doutrinas europeias, como o positivismo e o evolucionismo social, lhes permitiam enquadrar cognitivamente e afetivamente todo esse cenário que os arrebatava por dentro, por fora e por todos os lados.

* * *

O repertório político-intelectual europeu da segunda metade do século XIX fora produzido em meio à consolidação das principais nações europeias como centros mundiais de modernização. Uma espécie de berço da civilização industrial-científica burguesa que agora, completado o ciclo iniciado pelas revoluções industrial e francesa que derrubou o mundo medieval, se lançava sobre todo o globo através da expansão imperialista subsidiada pela II Revolução Industrial.

Por outro lado, o grande respaldo teórico e empírico que as ciências naturais ganhavam naquele momento, enquanto responsáveis por parte das mudanças e progressos em curso, repercutia profundamente nas doutrinas que se propunham a interpretar o mundo à luz de todo esse processo que envolvia o fim do mundo medieval, o despontar da civilização burguesa e a centralidade adquirida pelo Ocidente (AZEVEDO, 1994, p.16).

Foi mais ou menos nessas condições que o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo social, além de outras tendências, surgiram como parte de um imaginário cientificista e materialista voltado para a compreensão da realidade à luz desse cenário de integração modernizadora e civilizatória de proporções mundiais. Um imaginário que tomava todo esse processo como um destino histórico, movido por leis naturais (ou mesmo biológicas) que só eram passíveis de compreensão e avaliação através da ciência. Em suma, a “civilização” era uma lei, um destino inevitável a ser compreendido e buscado com ajuda da razão.

Como muito bem analisado por Norbert Elias, a palavra “civilização” ganha corpo através do movimento reformista dos fisiocratas franceses. Atuando como burocratas nos últimos reinados do

Antigo Regime francês, os fisiocratas propunham a ideia de que a sociedade e a economia tinham leis próprias que resistiam à interferência irracional dos governantes. Segundo Elias (1994, p. 60), essas leis correspondiam basicamente aos processos de crescente comercialização e industrialização que despontavam na Europa. Assim, esses burocratas defendiam que o governo deveria adequar-se a essas leis naturais através de uma administração esclarecida, sob a pena de deflagrar o caos. Era preciso reformar as instituições e a legislação, aprimorá-las através do conhecimento, para garantir a continuidade, de forma ordenada, desse processo natural de progresso material (ELIAS, 1994, p. 59).

Vinculado à adaptação burguesa da ideia cortesã de civilté, que designava a conduta e o modo de ser refinado da classe superior, o conceito de civilização surge como designação de um processo natural de progresso material e do conseqüente refinamento, melhoria e racionalização das instituições sociais e políticas, bem como dos próprios modos de comportamento.

De acordo com Elias, com a ascensão da burguesia francesa, o conceito de civilização passa a expressar a autoimagem nacional francesa, não demorando muito para também ser utilizado como autoproclamação da superioridade francesa, justificando aspirações expansionistas já no governo de Napoleão (ELIAS, 1994, p. 64).

Gradualmente, argumenta Elias (1994, p. 64), a consciência de civilização como consciência de superioridade começou a se espalhar pelas nações europeias e passou a expressar a consciência que a Europa tinha de si mesma e, mais tarde, que o Ocidente tinha de si mesmo (idem, ibidem, p. 23). Com o crescimento da ação expansionista por parte dessas nações na segunda metade do século XIX, durante o chamado imperialismo, a consciência de civilização passou a servir como justificativa para o seu domínio direto ou indireto sobre grandes segmentos do mundo não-europeu (idem, ibidem, p. 64).

Chega a ser intrigante o modo como o conceito de civilização, tanto na sua formulação teórica e fisiocrática como um processo natural em curso, quanto na sua formulação política e imperialista como um estado de superioridade que legitimaria ações expansionistas, encontra-se reproduzido nas doutrinas científicas da segunda metade do século XIX. A grande novidade dessas doutrinas foi o acoplamento desse conceito com as novas perspectivas formuladas pelas ciências naturais, particularmente a biologia e as novas teorias da evolução. Como coloca Ortiz:

“Elaboradas na Europa em meados do século XIX, essas teorias, distintas entre si, podem ser consideradas sob um aspecto único: o da evolução histórica dos povos. Na verdade, o evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história; aceitando como postulado que o ‘simples’ (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais ‘complexo’ (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações. (...) o evolucionismo, em parte, legitima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A ‘superioridade’ da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos.” (ORTIZ, 2006, p. 15)

Essas doutrinas acreditavam que havia um processo evolucionário natural em curso, comum a todas as sociedades, partindo de um estágio social inferior para um estágio social superior. Um processo natural, de cunho civilizatório, que levaria todas as sociedades até o estágio no qual se encontravam as sociedades europeias, com tudo o que ele envolvia: um regime republicano, industrial e científico.

Dentre essas doutrinas, o positivismo de Auguste Comte e o evolucionismo social de Herbert Spencer chegaram com extrema força na América Latina e no Brasil, constituindo-se como o núcleo-base do pensamento político-intelectual aqui desenvolvido.

* * *

No caso do Brasil, os intelectuais brasileiros muitas vezes combinavam a lei dos 3 estágios de Comte com a perspectiva da evolução por integração e diferenciação de Spencer, além de ajustarem a política científica comtiana à defesa do estado industrial, pacificado e liberal promovida pelo filósofo inglês. A base de sua perspectiva era a crença em uma evolução social linear, na qual o modelo de pensamento metafísico e a organização centralizada e coercitiva de tipo militar seriam substituídos, através da intervenção de um governo orientado cientificamente, por um pensamento científico e uma organização de tipo industrial, liberal e pacificada (LEMOS, 1999, p. 357; VITA, 1965, p. 36).

Nas publicações e discursos do movimento de 1870 no Brasil, encontramos uma interpretação do processo de integração e modernização que chegava ao país como um processo evolucionário (determinado por leis naturais) rumo à civilização, sendo marcado por crises morais e sociais relativas às contradições da transição de um estágio social anterior e inferior para um estágio novo e superior que poderiam ser evitadas por reformas político-sociais orientadas pela ciência, único instrumento legítimo de compreensão das leis que moviam a realidade.

A formação intelectual e política forjada em meio a esse processo de integração modernizadora e à respectiva crise da ordem imperial, combinada com as doutrinas científicas europeias e o seu binômio civilização e ciência, levou boa parte dos intelectuais e políticos do movimento de 1870 a construir uma série de constatações marcantes sobre a realidade brasileira.

O princípio de todo o diagnóstico era a ideia de que uma mudança inevitável ocorria no mundo todo. As sociedades estariam em um momento crítico do processo evolutivo no qual elas transitariam de uma forma militar, aristocrática e medieval para uma forma caracterizada pelo desenvolvimento econômico, pela complexidade social, pela expansão da participação política e pela racionalização do Estado, além da substituição da religião pela ciência enquanto orientação normativa da conduta (ALONSO, 2002, p. 239).

Como apontado por Ortiz (2006, p. 15), o diagnóstico da realidade brasileira a partir de uma história natural da humanidade definia de imediato o nosso estágio civilizatório como inferior, muito distante da etapa alcançada pelos países europeus. A constatação era de que o Brasil ainda era uma formação aristocrática e medieval, muito atrasada com relação às sociedades modernas que despontavam na Europa, com seus Estados e economias poderosas. A partir desse diagnóstico, a consciência do atraso seria uma marca do pensamento do movimento de 1870.

É nesse sentido que Tobias Barreto, diante do estado de pauperismo e desagregação social das cidades do interior, dizia que o Brasil ainda não era uma nação (BARRETO, 1926, p. 101). Para essa geração de pensadores, era preciso remodelar a estrutura social e política do país, modernizá-la, para que este pudesse figurar entre as nações civilizadas.

Como observa Alonso em um comentário sobre essa geração:

“A política científica deu-lhes um parâmetro, a escala evolutiva, para comparar o desempenho do país com o que julgavam ser um movimento universal (...). A história brasileira foi reavaliada, revelando a incompatibilidade entre a sociedade imperial... e a civilização moderna” (ALONSO, 2002, p. 241).

O diagnóstico de 1870 interpretava a especificidade do cenário brasileiro como uma diferença de fase, apreendida a partir de uma teleologia histórica e de uma filosofia social progressista que esclareciam o nosso estágio de atraso e, ao mesmo tempo, definiam o programa de intervenção necessário para superá-lo. Nesse quesito, a influência comtiana era generalizada: o melhor programa de intervenção seria a realização, pelo Estado, de um conjunto de reformas sociais e políticas orientadas pela ciência.

A partir da perspectiva comtiana, o governo aparecia como uma questão de competência intelectual e técnica: somente uma intelligentsia bem instrumentalizada seria capaz de agir em nome do bem comum. A transição para um estágio social moderno deveria ser orientada por uma elite político-intelectual habilitada por sua familiaridade com o conhecimento científico e por sua capacidade de compreender e analisar a realidade brasileira (SALES apud VITA, 1965, p. 89).

A geração intelectual de 1870 não hesitou em se auto-reconhecer como essa elite político-intelectual responsável por sintonizar o país com a marcha da civilização. Logo procedeu à realização de duas etapas incontornáveis da transição moderna guiada pela política científica. Na primeira etapa, procurou diagnosticar a realidade histórica singular do país, tentando identificar as possíveis causas do atraso e os impasses que provocavam as crises de transição. Na segunda, a partir do diagnóstico feito, propôs uma série de caminhos possíveis para que o Brasil se constituísse como um país civilizado, um conjunto de reformas sociais e políticas necessárias para superação do estágio de atraso e transformação do país: reforma do Estado e das instituições políticas (extensão dos direitos civis, da liberdade civil, religiosa e de imprensa; secularização do Estado; expansão do voto; descentralização política), reforma da economia (abolição completa da escravidão e adoção do regime de trabalho livre; adoção de modelos de produção e negócio capitalistas), reforma educacional (expansão do ensino), etc.

* * *

No caso brasileiro, o caráter inovador do movimento de 1870 está justamente no seu aspecto simbólico, ao portar uma visão de mundo que rompia com a visão romântica e católica da ordem imperial. Por mais que houvesse um diálogo e uma ressemantização de elementos imperiais ou coloniais, a visão de mundo científico e materialista do movimento transformou o próprio modo de compreensão e avaliação da ordem política e social, o que reverberava na proposição de uma nova imagem de sociedade.

Com a formulação da tese de que a economia e a sociedade seguiriam suas próprias leis e, subsequentemente, com a formação do conceito mais amplo de “*civilisation*”, surge, na passagem do século XVIII para o século XIX, uma perspectiva teórico-política cada vez mais forte que tomava as leis autônomas do mundo histórico como objetos produtores de verdade, como parâmetros de verificabilidade que permitiriam julgar uma prática governamental como certa ou não (FOUCAULT, 2008, p. 45). Ou seja, configuravam-se como base de legitimação de uma ordem política e social na medida em que esta deveria se adequar à fatalidade incontornável daquelas, sob a condição de tornar-se um obstáculo e, assim, ameaçar sua própria razão de ser (FOUCAULT, 2008, p. 61). Desse modo, a legitimidade do domínio sociopolítico passaria por sua capacidade de adequação a tais leis por meio de instrumentos de avaliação capazes de apreendê-las e codificá-las, o que naquele momento era claramente associado à ciência.

Movido por essa perspectiva, o movimento de 1870 introduziu uma grande novidade como paradigma do pensamento político brasileiro de fins do século XIX: a crença de que qualquer projeto de domínio político-estatal só poderia ser bem-sucedido quando fundamentado no conhecimento sobre a realidade produzido pela ciência. Assim, todo projeto de reorganização do Estado-nacional brasileiro estaria necessariamente ligado às atividades de uma elite técnica e científica que garantiria uma orientação “verdadeira” para o projeto. O próprio aparato estatal era concebido como um aparelho técnico-burocrático a ser liderado por mentes competentes (o governo da inteligência). Mais do que advogar a importância dos intelectuais para o sucesso dos governos, essa nova visão de sociedade deslocava a ciência para o centro do mecanismo de legitimação da ordem política e social.

Além disso, essa visão, ao ter como fundamento um paradigma teleológico da evolução rumo à civilização, portava a crença na capacidade da ciência de prever e do Estado de acelerar o processo em

andamento. Nesse sentido, podemos falar de uma visão de sociedade de tipo “moderna” pois para ela, mais importante que as realizações no passado que pavimentaram o caminho para um presente vitorioso, são as possibilidades de realização de um futuro glorioso. A instauração do novo e a garantia do futuro são as suas metas principais, de modo que o domínio no presente passa a ser legitimado pela capacidade de realizar um dever-ser, o devir histórico da civilização. Essa visão subverte o mecanismo de legitimação tradicional, pautado no passado, propondo um modelo ideológico, no qual o poder se projeta para o futuro.

O movimento de 1870, ao difundir essa visão de mundo e de sociedade, contribuiu para o desmantelamento da estrutura simbólica da ordem imperial:

“Segundo vários críticos, coube à ‘geração dos 70’ a introdução do Brasil na ‘modernidade cultural’ (...) A recepção dessas teorias científicas deterministas significava a entrada de um discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate a uma série de instituições assentadas” (SCHWARCZ, p. 150, 1993).

Por mais que o imperador propagandeasse uma imagem do Brasil como um país ilustrado, a política e a sociedade estavam fundamentadas em um cosmo simbólico pautado na metafísica católica e na visão romântica do encontro luso-tupi, que se reproduzia por um mecanismo de legitimação calcado na tradição e no passado. A visão de mundo de 1870 deslocava o centro do mecanismo e a própria maneira de conceber o mundo social para o paradigma da união entre mercado, Estado e ciência. Mais especificamente, o que estava em pauta era a efetivação desse paradigma em um futuro próximo, por meio de um projeto político, orientado racionalmente, que viabilizasse a reorganização da sociedade brasileira nos moldes das civilizações europeias.